



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA  
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia – CPE (Bruxelas)

## **CNA, um projecto associativo em movimento.**

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Prezadas e Prezados participantes nesta Conferência Nacional comemorativa dos Trinta Anos da CNA:

A CNA foi, é, e será um projecto associativo em movimento porque não estamos parados nem no tempo nem no modo, e *também* porque não estamos completamente satisfeitos com aquilo que já construímos. Aliás, o tempo, este tempo difícil, também não pára e nem nos deixa parar.

Pois não, não está nada fácil a vida associativa para nós, para a CNA e Filiadas, para os seus Dirigentes e Colaboradores, enquanto defensores de primeira linha da Agricultura Familiar Portuguesa e dos direitos e interesses da larga maioria dos Agricultores Portugueses.

E estando a vida tão difícil, como hoje está, para os nossos Agricultores, muito contraditório seria, ao mesmo tempo, estar fácil para nós a vida associativa.

Por outro lado, quando as coisas estiverem fáceis para nós, quando a vida nos for fácil, então ou mudou o sistema ou mudámos nós próprios...

Mas também por isso a CNA e suas Filiadas são indispensáveis à Lavoura e aos Agricultores. Enquanto projecto e instrumento de luta e de formulação de opiniões e propostas.

Projecto e instrumento de transformação, de construção de um futuro melhor. Futuro trabalhado hoje, como já ontem o foi. Passado, presente e futuro trabalhados sempre de forma abnegada e com uma atitude independente e insubmissa face ao poder político instituído.

Foi por isso e para isso que a CNA nasceu há trinta anos e nesse caminho e com esses objectivos vamos continuar a fazer a CNA e Filiadas todos os dias, *sempre com os Agricultores*.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Senhor Secretário de Estado-Adjunto da Agricultura e das Pescas anunciou-nos, há pouco, que a CNA foi reconhecida pelo Senhor Primeiro-Ministro como “pessoa colectiva de utilidade pública” na sequência da nossa candidatura para esse efeito e que, digamos assim, a Câmara Municipal de Coimbra já antes avalizara.

Trata-se de um acto institucional que cumpre assinalar e que aqui se salienta com muita satisfação.

Em boa verdade, até que nem seria necessário agradecer esse reconhecimento porque se trata de fazer justiça à CNA e Associadas que, ao longo destes trinta anos, se vêm batendo em defesa e promoção da Agricultura Portuguesa. Mas aqui também se agradece que nós não somos ingratos.

Mas sobretudo se assinala que este acto institucional presta justiça aos muitos milhares de Agricultores e de Agricultoras, aos muitos Dirigentes Associativos, Colaboradores e Amigos da CNA, que, sem esmorecer, enfrentando discriminações de toda a ordem, sempre se mantiveram firmes com a CNA e Associadas na sua luta durante todos estes anos.

Este acto institucional do reconhecimento da CNA como “pessoa colectiva de utilidade pública” traz-nos responsabilidades acrescidas perante o futuro. Vamos estar à altura dessas responsabilidades !

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Portugal e o mundo mudaram muito nos últimos trinta anos e vão mudar ainda mais depressa nos próximos trinta e por aí fora.

Porém, o sistema dominante - “quem manda” - não mudou de natureza. Antes se adaptou, se refinou e se globalizou como também se diz. Mas continua sendo um sistema iníquo e injusto.

Neste sistema, e naquilo que directamente nos toca, quem mais e melhor trabalha a terra; quem melhor produz; continua sendo quem mais dificuldades encontra pela frente e quem mais sofre as consequências das más políticas agro-rurais e de mercados.

Países como Portugal, com fragilidades estruturais de vários tipos, são condenados a produzir cada vez menos para terem de comprar, lá fora, aos maiores de entre os maiores produtores e comerciantes, muito daquilo

que se poderia produzir cá dentro. E também por aí se tem sangrado a economia e a independência nacionais.

Em consequência, o défice da balança de pagamentos agro-alimentar de Portugal é hoje de mais de 3 mil milhões de Euros *por ano* o que traduz o elevado grau de dependência alimentar (e económica) do nosso País, aliás uma situação altamente preocupante.

E, por vezes, até parece que é por mau-olhado lançado ou por praga rogada contra nós que as desventuras nos acontecem:

- Se sobem os preços dos cereais na produção, sobem muito mais os preços das rações e dos adubos...

- Se sobem os preços dos combustíveis por causa da especulação internacional, cá dentro os governantes cortam a ajuda à electricidade verde e não aumentam o subsídio do gasóleo agrícola...

- Se a União Europeia aprova uma lei importante mas que já de si nos é avessa, os nossos governantes quase sempre acabam por ser mais papistas que o Papa e, por cá, ainda pioram aquilo que já sai mau de Bruxelas.

- Outras vezes, até parece que troçam da gente: - enfim, somos obrigados pelo sistema a trabalhar noite e dia, ao frio, ao sol e à chuva e, depois, vêm dizer-nos para usar a internet e os computadores para nos candidarmos às ajudas da PAC, aliás ajudas cada vez mais difíceis de obter e cada vez mais reduzidas para a Agricultura Familiar...

Mas nós sabemos que tamanhos “castigos” não nos caem em cima por castigo de Deus ou de Maomé. São “frutos da época” enquanto más consequências das más políticas agro-rurais definidas em Portugal e na União Europeia que sucedeu à CEE.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Agricultura e o Mundo Rural têm sido objecto de grandes mudanças.

Infelizmente tais mudanças não têm tido como objectivo final a melhoria das condições de vida e de trabalho dos Homens, Mulheres, Jovens e Crianças que criam e dão sentido ao nosso Mundo Rural.

Estamos nas PAC's, Políticas Agrícolas Comuns, há vinte e um anos e estamos na OMC, Organização Mundial do Comércio, há mais de dez.

Como “coletes de forças” da Agricultura Familiar e dos Mercados Locais e Regionais, estes dois sistemas complementares – a PAC e a OMC

– provocaram muitas das principais alterações que vivemos e que vão acelerar nos próximos tempos dentro daquilo que é previsível.

Porém, quase sempre, as principais mudanças a que temos sido submetidos têm como maior objectivo proporcionar o lucro máximo aos maiores de entre os maiores produtores e às grandes multinacionais do “negócio agro-alimentar”. De facto, para essas multinacionais quanto menos fronteiras melhor para operarem sem controlo eficaz, para pilharem os recursos naturais, para pagarem o mínimo de impostos e de taxas aduaneiras...

Na verdade, o sistema dominante é bruto, tem muita força e não tem respeitado nem os nossos direitos nem a nossa vontade...

Os maus resultados estão bem à vista. Confrontamo-nos com o desaparecimento continuado da Agricultura Familiar e, em consequência, com a ruína do Mundo Rural.

É pois tempo de travar e de travar a fundo. É tempo dos nossos governantes mudarem as políticas agro-rurais e de mercados pois também não é o destino que nos traça esta sorte malfadada nem ela está escrita nas “Tábuas do Moisés”.

Para resistir e estar cá, de pé, também para a transformação, a CNA e Filiadas têm que mudar, têm que se agilizar e têm de fazer tudo isso em pleno movimento, **mas sem se deixarem transformar em mais alguns dos “frutos calibrados” pelo sistema dominante.**

Ou seja, melhorando o que tiver de ser melhorado a cada momento, a CNA e Filiadas têm que se manter unidas, firmes e em acção. E sempre, *sempre com os Agricultores*, como é nosso lema.

Ou seja ainda, a CNA e suas Filiadas têm que manter a sua natureza socio-profissional e a sua independência. Têm que aprofundar a sua ligação à Agricultura Familiar e aos Agricultores Portugueses.

No trabalho, na luta e na vida associativa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Actualmente vivemos um processo que conquistámos por direito próprio através da luta persistente, e que é o direito institucional a prestarmos serviços técnico-profissionais aos Agricultores. Serviços esses que, em geral, são da responsabilidade do Estado e da União Europeia.

Pois para se prestar esses serviços de forma descentralizada e com qualidade, como os nossos Agricultores têm direito, é também necessário que o Estado e a União Europeia nos paguem esses mesmos serviços a

preço justo e a tempo e horas para não sacrificarem ainda mais quem já é muito sacrificado.

A este propósito, temos de referir mais uma vez que, nesta data, o MADRP deve um milhão e trezentos mil Euros à CNA e Filiadas por reembolsos de pagamentos feitos pela CNA no âmbito do Programa Integrado de Formação executado nos últimos três anos. Trata-se de uma dívida “crónica” que asfixia financeiramente a CNA e Filiadas e que também vai dificultar, ao extremo, o encerramento – até finais de Junho, 2008, segundo a informação oficial agora disponível – das contas da Formação Profissional // Fundo Social Europeu relativas ao anterior quadro comunitário.

Em síntese, nós não concordamos de forma alguma em que tenham de ser os Agricultores ou as Organizações Agro-Rurais – que são associações sem fins lucrativos – a suportarem o essencial dos custos dos serviços técnico-profissionais a prestar à Lavoura.

CNA e as suas Filiadas têm pois que continuar a travar esta batalha.

Primeiro, porque os Agricultores precisam desses serviços técnico-profissionais e têm direito a eles. Depois, porque as Organizações Agro-Rurais e a CNA em especial não podem ser marginalizadas deste processo pelo poder político.

Mas tenhamos muita calma na emergência:- a CNA e Filiadas também não devem transformar-se em “agências” descentralizadas de prestação de serviços ainda que os prestem exemplarmente.

De facto, não é “só” para isso que existimos e nem deverá ser “isso” a nossa primeira prioridade.

A sabedoria estará na nossa capacidade em nos organizarmos melhor – em nos organizarmos da forma mais conveniente – para executar a tarefa que tem o seu lugar na nossa vida associativa mas que não será, exactamente, o ar que nela mais devemos respirar todos os dias.

Aliás, também não foi esse o ar que primeiro a CNA respirou, à nascença, há trinta anos atrás...

...

Sim, Desenvolvimento Rural só é possível  
Com Agricultura Familiar a produzir !

Sim, vamos continuar, *sempre com os Agricultores!*

...

Conferência Nacional -- Coimbra, 8 de Março de 2008

João Dinis